CURSO DE PEDAGOGIA

FACULDADE FASUL

ASPECTOS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E DEMAIS TRANSTORNOS

ELISABETE GOULART SÁ

BAGÉ/RS

2025

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar e discutir práticas pedagógicas para a inclusão e o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Considerando que o TEA é caracterizado por alterações na comunicação, na interação social e por padrões de comportamento restritivos e repetitivos, o estudo busca compreender de que forma a escola e o professor podem promover um ambiente de aprendizagem inclusivo, respeitando as especificidades e potencialidades de cada criança. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica fundamentada em autores que ressaltam sobre o tema, além de documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Educação Especial. Foram analisadas práticas pedagógicas como o uso de recursos visuais, rotinas estruturadas, atividades sensoriais e intervenções mediadas pelo professor e pela equipe multidisciplinar. Constatou-se que o sucesso no trabalho com crianças com TEA está diretamente ligado à formação docente, à parceria com a família e ao planejamento individualizado, que respeite o ritmo e as necessidades da criança. Conclui-se que a inclusão efetiva de crianças com TEA na Educação Infantil requer não apenas adaptações metodológicas, mas também uma mudança de postura da escola, pautada na empatia, no conhecimento técnico e no compromisso com a diversidade.

Palavras-chave: Educação Infantil; Transtorno do Espectro Autista; Inclusão; Estratégias pedagógicas; Formação docente.

ABSTRACT

The present Course Completion Paper aims to analyze and discuss pedagogical practices for the inclusion and development of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education. Considering that ASD is characterized by changes in communication, social interaction, and by restrictive and repetitive behavior patterns, the study seeks to understand how schools and teachers can promote an inclusive learning environment that respects the specificities and potentialities of each child. The research was developed through a bibliographical review based on authors who address the topic, as well as official documents such as the National Common Curricular Base (BNCC) and the National Policy on Special Education. Pedagogical practices such as the use of visual resources, structured routines, sensory activities, and interventions mediated by teachers and multidisciplinary teams were analyzed. It was found that success in working with children with ASD is directly linked to teacher training, family partnership, and individualized planning that respects each child's pace and needs. It is concluded that the effective inclusion of children with ASD in Early Childhood Education requires not only methodological adaptations but also a change in the school's attitude, guided by empathy, technical knowledge, and a commitment to diversity.

Keywords: Early Childhood Education; Autism Spectrum Disorder; Inclusion; Pedagogical Strategies; Teacher Training.

INTRODUÇÃO

Este trabalho centra-se no tema educação, aspectos de necessidades especiais na educação inclusiva transtornos do espectro autista (tea) e demais transtornos. A opção por esse tema se originou através de observações que realizei em diversos momentos, tais como: ao presenciar a insatisfação dos familiares e da escola sobre o processo educacional de estudantes com deficiência, a insegurança de professores sobre as metodologias e técnicas a serem utilizadas, a ausência de orientações contínuas da escola aos docentes.

Nas últimas décadas, a educação inclusiva tem se consolidado como um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores conquistas das políticas públicas educacionais. A perspectiva inclusiva busca assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças ou necessidades específicas, tenham acesso ao ensino de qualidade, garantindo a equidade e o respeito à diversidade humana. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender os aspectos das necessidades educacionais especiais, com destaque para os Transtornos do Espectro Autista (TEA) e demais transtornos que impactam o desenvolvimento e a aprendizagem.

O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por alterações significativas na comunicação, interação social e pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, exigindo adaptações pedagógicas específicas que favoreçam o processo de aprendizagem e inclusão (APA,

2014). Além do TEA, outros transtornos, como Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtornos de Aprendizagem e Transtornos de Conduta, também desafiam a escola a rever metodologias, estratégias e formas de organização para garantir a participação efetiva de todos os alunos.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) asseguram o direito ao atendimento educacional especializado e à escolarização em ambientes inclusivos, reforçando o compromisso da escola em promover a diversidade como valor social. Entretanto, a prática cotidiana revela que ainda há entraves, como a falta de formação continuada para os docentes, ausência de recursos pedagógicos adequados e dificuldade de articulação entre família, escola e comunidade.

Além disso, muitas escolas reclamam da descontinuidade de orientações emitidas pelas secretarias de educação. Acrescenta-se a esse contexto a falta de estrutura para atender a alunos com deficiência dependendo de sua especificidade, o que não contribui com a inclusão. Tais aspectos me motivaram a buscar leituras sobre educação especial, tentando compreender as dificuldades que a escola enfrenta para garantir ao estudante com deficiência o seu direito de estar constitutivamente na rede regular de ensino.

Portanto, este estudo busca analisar os aspectos das necessidades especiais na educação inclusiva, com ênfase no TEA e em outros transtornos, destacando os desafios e as possibilidades de atuação pedagógica. A reflexão sobre esse tema torna-se essencial não apenas para garantir o direito à educação, mas também para contribuir na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária.

Nesse sentido, reuni os tantos motivos à realização do trabalho de final de curso. Momento importante para provocar as indagações, sobre o que muitas vezes nos apresenta desafiador. Muitas foram as indagações, partindo da relação professor e estudante: qual o papel do professor em sala de aula diante da diversidade dos alunos, como deve ser o incentivo à convivência entre alunos sem e com deficiência? As escolas têm suporte para oferecer educação a alunos com deficiência?

A educação escolar tem sofrido reformas ao longo do tempo e as mudanças indicam que as políticas públicas educacionais ainda possuem dilemas que precisam serem debatidos e problematizados. Contudo é sabido que a educação brasileira passou por transformações, nesse sentido tornou se mais ampla, criando possibilidades para a construção do próprio conhecimento dos indivíduos (FISCHIMAN, 2011)

Diante das transformações da sociedade, a escola precisa se modificar para preparar o indivíduo para atuar na sociedade, de modo que seus direitos sejam atendidos, as diferenças respeitadas e valorizadas e que seu desenvolvimento seja garantido.

1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho, é ressaltar os desafios enfrentados na educação, quando se refere à inclusão e diversidade na escola e no atendimento aos estudantes com deficiência.

1. Objetivos específicos

- esclarecer que a inclusão de alunos com deficiência na escola, é dever da escola, dos profissionais da educação, contando sempre com o apoio das famílias.
- Ressaltar a importância do trabalho docente na inclusão de alunos;
- Analisar como as políticas educacionais, vem se posicionando para que os alunos que necessitam de atendimento educacional especializados, possam frequentar efetivamente as escolas, num trabalho inclusivo, onde as diversidades são respeitadas.

2 METODOLOGIA

Nesse sentido, para alcançar os objetivos propostos, a metodologia que orientou o desenvolvimento desse estudo foi do tipo qualitativa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Oliveira (2004, p. 119), “tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizam sobre determinado assunto ou fenômeno.” Trata-se, portanto, de “uma pesquisa elaborada com base em material já publicado” (Gil, 2017, p. 28), ou seja, possibilita colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Desse modo, a partir de uma busca exploratória, numa revisão da literatura pertinente ao tema, nosso aporte teórico toma por base autores como Mantoan (2003), Carvalho (2019), Vygotsky, (2000) dentre outros que discorrem sobre o tema escolhido para o trabalho.

O material consultado envolveu livros, artigos científicos publicados em periódicos, trabalhos acadêmicos, impressos ou disponíveis em sites confiáveis, dentre outros, que surgiram ao longo do percurso desse trabalho.

DESENVOLVIMENTO

2.1 Os desafios da inclusão de alunos com diferentes transtornos

Atualmente, o número de crianças com transtorno do espectro autista vem aumentando, essas crianças ao serem inseridas nas instituições de ensino regular necessitam de apoio, compreensão e de estratégias de ensino, que possam ajuda-los em suas aprendizagens, pois cada aluno que tenha TEA, tem seu tempo de aprender, sua forma de socializar com colegas e professores à sua maneira e a seu tempo.

De acordo com a 5ª edição do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), “o autismo é caracterizado por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, além de dificuldades na comunicação e interação social”. É importante entender as características do autismo para desenvolver estratégias de ensino que possam ser efetivas para essas crianças. Como postula Orrú (2019, p. 57): "é apetecível que a comunidade escolar abra sua mente para conhecer seu aprendiz, a criança, adolescente, jovem que é acompanhada pelo autismo e suas particularidades”"

Portanto, é fundamental compreender o conceito de ensino organizado por meio da experiência de papéis sociais na Educação Infantil, a fim de analisar as implicações no desenvolvimento psíquico das crianças. Além de ser necessário orientar o trabalho educativo para o desenvolvimento do psiquismo na educação inclusiva, considerando o desenvolvimento do psiquismo das crianças nessa fase.

A lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional art. 59, assegura que todas as escolas devem garantir aos seus alunos com deficiência um atendimento adequado, ao fornecer recursos educativos, professores especializados e um ambiente de acolhimento. Para que isso ocorra, a instituição de ensino deve acolher os alunos independente de suas condições, adequar-se às necessidades requeridas e auxiliar com a participação da família nesse processo.

A Educação Infantil tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança de até seis anos, ao abranger os aspectos psicológicos, físicos, sociais

e intelectuais. Assim, destaca-se a necessidade do trabalho educativo do docente em relação a essas crianças, a fim de proporcionar um melhor desenvolvimento, ao facilitar os seus convívios sociais.

Nesta perspectiva, tem se a ideia de que os indivíduos concebem meios para se relacionar nos grupos sociais, ocasionados por intermédio da linguagem e da comunicação, de modo que o aluno com Transtorno do Espectro Autista consiga, por meio da mediação do professor, desenvolver a autonomia, a independência, a comunicação não verbais simbólica e os aspectos sociais, como a imitação, a aprendizagem da espera, ou seja, esperar pela sua vez, entre outros.

Nesse sentido, a inclusão escolar de alunos com diferentes transtornos representa um dos maiores desafios para a educação contemporânea. Embora as políticas públicas brasileiras, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), estabeleçam a obrigatoriedade da matrícula de todos os estudantes em classes comuns do ensino regular, ainda persiste uma lacuna entre o que está previsto na legislação e a realidade das práticas pedagógicas.

Entre os principais desafios enfrentados pelas escolas estão a falta de formação adequada dos professores, a escassez de recursos pedagógicos adaptados e a ausência de uma infraestrutura acessível. Segundo Mantoan (2015), a inclusão não se limita ao acesso físico ao ambiente escolar, mas envolve repensar as práticas educativas para contemplar a diversidade de ritmos, modos de aprendizagem e necessidades específicas.

No caso dos alunos com transtornos do espectro autista (TEA), transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtornos de aprendizagem, entre outros, as dificuldades de socialização, comunicação e organização podem exigir intervenções pedagógicas diferenciadas. Entretanto, muitos docentes ainda não se sentem preparados para lidar com essas demandas. Para Glat e Pletsch (2011), a carência de capacitação continuada contribui para que a inclusão seja vista como um obstáculo, em vez de uma oportunidade de ressignificação do processo de ensino-aprendizagem.

Outro desafio refere-se à necessidade de articulação entre escola, família e equipe multiprofissional. O acompanhamento especializado é fundamental

para garantir a efetividade da inclusão, mas nem sempre está disponível na rede pública de ensino. Conforme Mendes (2010), a inclusão requer um trabalho colaborativo que ultrapasse os limites da sala de aula e envolva diferentes agentes educativos e de saúde.

Apesar das dificuldades, a inclusão de alunos com diferentes transtornos possibilita a construção de uma escola mais democrática, equitativa e humanizada. Como destaca Carvalho (2017), o verdadeiro desafio da inclusão não é apenas atender às necessidades específicas desses estudantes, mas transformar a escola em um espaço que reconheça a diversidade como valor e não como problema.

2.2 Práticas pedagógicas na educação de crianças autistas

Na educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), práticas pedagógicas eficazes envolvem a criação de ambientes estruturados, o uso de recursos visuais, a personalização do ensino e a promoção da comunicação e interação social. É crucial que os educadores adaptem suas abordagens para atender às necessidades individuais de cada aluno, considerando suas dificuldades e potencialidades.

Segundo Rossato e Constantino (2017) o docente que tem em sua sala de aula alunos autistas, deve conseguir identificar as necessidades desses alunos, do mesmo modo que suas potencialidades, desenvolvendo estratégias pedagógica que auxiliam o desenvolvimento cognitivo, social e emocional deles.

Referindo-se a crianças com Transtorno do Espectro Autista o primeiro ponto a ser destacado é que o professor deve estar bem-preparado para lidar com as particularidades de cada uma. É importante que ele desenvolva conhecimento sobre o transtorno e suas características, bem como as estratégias de intervenção adequadas para cada caso. É fundamental que o docente compreenda as dificuldades que podem estar presentes no processo de aprendizagem da criança com TEA e esteja disposto a adaptar as atividades e metodologias de ensino de acordo com as necessidades

individuais de cada aluno (VYGOTSKY, 1984).

O professor é um mediador no processo de aprendizagem, ao ser responsável por promover situações desafiadoras e significativas para os alunos. Dessa forma, ao adotar estratégias de ensino que considerem as particularidades do TEA, o professor pode promover desafios adequados para o aluno autista, ao contribuir para o seu desenvolvimento e aprendizado (REGO, 1996).

Dessa forma, é fundamental que as escolas desenvolvam estratégias pedagógicas adequadas para a inclusão de alunos com TEA nas séries iniciais da escola regular. Além da utilização de recursos visuais e da adoção de estratégias de ensino reforçadas, é fundamental que a escola mantenha um ambiente físico adequado para o aluno com TEA, com recursos de acessibilidade e conforto. Além disso, a equipe pedagógica precisa estar capacitada para lidar com as particularidades do TEA, como possíveis comportamentos agressivos, isso inclui, portanto, uma necessidade das instituições em investirem em formações continuadas aos seus docentes, uma vez que isso torna-se a realidade atual do ensino inclusivo.

A Educação Infantil é um lugar privilegiado, espaço de interação social que pode proporcionar muitas possibilidades de aprendizagem nas diversas áreas como: motora, linguística, social, entre outras, capaz de favorecer o desenvolvimento de qualquer criança, quando as práticas pedagógicas são bem planejadas em função das necessidades educacionais de cada criança, em especial, foco desta pesquisa, os que apresentam Transtorno de Espectro Autista (TEA). No entanto, nem sempre foi assim.

Infelizmente, em tempos pretéritos, a criança com transtorno de espectro autista, era intitulada como “louca”, em muitos casos, os pais os mantinham fora da escola, por entender que a criança não tinha condições de aprender, e nem de conviver com outras crianças no ambiente escolar. A partir da criação da Constituição Federal de 1988 a educação infantil torna- se um direito de todas as crianças de 0 a 6 anos de idade, sendo dever do Estado garantir tal direito.

Na década de 90, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394/ 96, este documento foi que reconheceu a educação infantil

como a primeira etapa da educação básica, sendo as crianças de 0 a 3 anos destinadas ao atendimento em creches e as de 4 a 6 anos de idade em pré-escolas, que devem ter como função o cuidar e o educar de forma indissociável, promovendo a partir de práticas pedagógicas, o bem estar das crianças e o desenvolvimento integral. Para orientar o trabalho do professor são criados os Referencias Curriculares para a Educação Infantil, propostos por meio de seis eixos: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática.

O Ministério da Educação, em 2006 apresentou Políticas Nacionais de Educação Infantil, recomendando que as práticas pedagógicas fossem concebidas partindo dos saberes e do cotidiano dos sujeitos envolvido no processo educativo. (COSTA, 2013).

Referindo-se às práticas pedagógicas SOUZA (2004, p.2) defende que " em primeiro lugar, é importante considerar a prática pedagógica como parte de um processo e de uma prática social maior" (...) "e em segundo lugar, a prática pedagógica expressa as atividades que são desenvolvidas no cenário escolar". E como a sociedade através de sua Cultura determinam essa prática ela também é capaz de modificar e interferir na sala de aula e na prática do professor.

Contudo, embora o professor não conceba em si a sua prática, ele pode no seu dia-a-dia de sala de aula, construir e reconstruir a prática pedagógica em função dos educandos, mas para tanto se faz necessário que ele disponha de conhecimento sobre a teoria, dos objetivos que são propostos para Educação Infantil e tempo, pois, a prática pedagógica é uma dimensão da prática social que pressupõe uma relação entre teoria e prática, não a prática pela prática, sem nenhuma reflexão.

> (...) A prática pedagógica e uma prática docente na perspectiva das especificidades e necessidades da educação infantil devem ser organizadas de forma que desenvolvam suas capacidades expressivas e instrumentais do movimento de observação e identificação de imagem de comunicação sobre o meio ambiente, de conceitos aritméticos e espaciais que levem à construção da identidade das crianças por meio de práticas diversificadas realizadas em situações de interação pedagógica (LIMA, SÉRGIO E

SOUZA, 2012, p. 6).

Assim, percebe-se que as práticas pedagógicas de ensino na educação infantil, apresenta intencionalidade, objetivos, que são desenvolvidos em seus educandos, esses objetivos propostos e ao se propor prática diversificada, nessa interação pedagógica abre uma grande oportunidade de desenvolver as potencialidades de cada indivíduo, para o autor:

> “(.. .) a construção da autonomia e da cooperação, o enfrentamento e a solução de problemas, a responsabilidade, a criatividade, a formação do autoconceito estável e positivo, a comunicação e a expressão em todas as formas, particularmente ao nível da linguagem”. (KRAMER, 2009, p. 37)

Neste contexto, para que as metas e objetivos sejam alcançados no trabalho da educação infantil com as crianças com TEA, é necessário um olhar atento para esse indivíduo. Visto que estas crianças têm uma forma peculiar de ver o mundo, de se aperceber a detalhes que comumente não perceberíamos. Alguns estudos realizados pela Neurociência, como destaca MATTOS e NUEBERG (2011), defendem que em geral as pessoas com TEA têm alterações cerebrais nas atividades dos neurônios-espelho, responsável pela percepção, empatia, compreensão das interações e linguagem, dificultando a sua comunicação e a interação social, pois ao não conseguir expressar suas vontades a pessoa com TEA poderá apresentar comportamentos de irritabilidade, podendo até apresentar comportamento agressivo.

Estudos sobre este assunto confirmaram que em geral a pessoa com TEA apresenta uma boa memória visual, portanto, o professor pode trabalhar com esse aluno atividades que envolvam imagens coloridas de forma a destacar o que pretende ser ensinado.

Ao pensar na sua prática pedagógica, o docente pode também utilizar recursos visuais que facilitem não só a compreensão do estudante com TEA como a dos demais alunos, pois as crianças nesta etapa da educação tendem a desenvolver suas aprendizagens por meio de figuras coloridas e/ou aspectos que se destacam. Para potencializar o trabalho com na educação infantil, os

professores podem fazer uso de fotografias da turma em diversos momentos como: roda de história, atividade de compreensão da escrita, hora de lavar as mãos, hora do lanche, ir ao banheiro, hora da brincadeira, hora de ir para casa, entre outras atividades.

Essa prática aliada a uma organização de rotina visual poderá diminuir consideravelmente a ansiedade e favorecer a comunicação com o aluno com TEA. O professor poderá também utilizar jogos com imagens, cartões com gravuras para estimular a compressão de sequência lógica, facilitando a comunicação e desenvolvimento tanto dos estudantes que apresentam dificuldade na fala quanto os que são oralizados.

Outra prática pedagógica essencial no trabalho com alunos com TEA, é o uso de Tecnologias Assistiva (TA), porque auxilia na comunicação, no desenvolvimento físico e mental possibilitando maior participação e autonomia nas atividades escolares, através de materiais adaptados e recursos tecnológicos previamente estudados de acordo com a dificuldade do estudante para lhe fornecer suporte, segurança e melhor desempenho nas aulas, pois o uso de TA nas aulas auxilia o professor a:

> (...) buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realiza o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa “fazer” de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação, a partir de suas habilidades. É conhecer e criar alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras e artes, com a utilização de materiais escolares e pedagógicos especiais. É a utilização do computador como alternativa de escrita, fala e acesso ao texto. É prover meios para que o aluno possa desafiar-se a experimentar e conhecer, permitindo assim que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. É retirar do aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator (BERSCH, 2006, P. 89),

Diante disso, as práticas pedagógicas, visa o desenvolvimento da autonomia pessoal dos alunos por meio de recursos tecnológicos, com a utilização de esquemas com fotos, figuras retiradas de revista, de acordo com o contexto e necessidade a ser atendida.

Assim, é no contexto da Educação Infantil que pode ser observado o processo de interação entre a criança e os indivíduos que fazem parte do ambiente escolar, no qual será propiciado o desenvolvimento de sua capacidade de comunicação, de compreender o mundo que a cerca, desenvolvendo sua autonomia, dando sentido às interações sociais.

2.2.1 Conquistas e ordenamentos da inclusão no Brasil

No início da Ditadura Militar no Brasil, mais precisamente entre os anos de 1964 à 1969, a Constituição de 1946, vigente até então, foi alterada com 17 decretos denominados Atos Institucionais criados para suprimir os direitos civis dos cidadãos. Os AIs, como ficaram conhecidos, davam amparo legal para que o governo pudesse agir de acordo com os seus interesses e oprimisse tentativas da oposição de derrubá-lo utilizando-se de métodos que violavam tanto os direitos da liberdade de expressão política e artística, quanto o direito do cidadão de viver em seu próprio país e defender sua vida.

Para Andrade (2010), a Constituição de 1946 foi substituída pela Constituição de 1967, encomendada e formalizada pelo primeiro presidente do Golpe Militar, Humberto de Alencar Castelo Branco. Foi escrita por um grupo de juristas que apoiavam a ditadura militar e que por um lado asseguravam a legalidade de quaisquer atitudes tomadas por parte do governo militar para se manter no poder e por outro lado não permitia aos réus o “*habeas corpus*” nos casos de crimes políticos; exilava inimigos políticos; censurava as mídias e expressões culturais como teatro, cinema, músicas, livros.

O Golpe Militar perdurou até 1985 quando se iniciou o momento de reabertura democrática do país com a eleição do presidente civil Tancredo Neves. Em 5 de outubro de 1988 no governo democrático do presidente José Sarney foi apresentada a nova e atual Constituição da República Federativa

do Brasil, com a proposta de implementar um governo democrático baseada nos direitos humanos, na qual a prioridade das ações é a preservação do direito à vida, ao acesso à cultura, educação, lazer, saúde, liberdade de expressão e o direito de ir e vir. A Constituição de 1988 expõe, logo no início, que pretende promover a igualdade, livre de toda forma de preconceito: raça, sexo, cor, idade, religião e construir uma comunidade livre e solidária. Determinações compreensíveis após 21 anos de repressão militar.

Um ponto importante, para nós educadores, é conhecermos o que assegura a Constituição de 1988 sobre a Educação e a oportunidade de acesso para todos os cidadãos brasileiros de acordo com suas necessidades. Encontramos no artigo 203 do capítulo II o direito adquirido das pessoas com deficiência de terem possibilidade de serem inseridas na sociedade através da habilitação e reabilitação (BASILE, 2015).

Compreendemos a escola como um lugar onde a interação entre alunos e adultos os ajudam a se tornarem pessoas capazes de viver bem em sociedade, através da socialização e sabendo que a educação é um direito de todos e visa tanto o desenvolvimento, quanto o preparo para a cidadania e para o trabalho. O Estado deve oferecer atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino· Além da educação obrigatória, atendimento especializado para os portadores de deficiências e criação de programas de prevenção e atendimento especializado, o Estado, assim como a família e a sociedade, têm como dever priorizar a criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Ainda no capítulo VII da Constituição Federal de 1988 verifica-se que o Estado tem a preocupação em auxiliar a integração do deficiente na sociedade inclusive repensando e modificando os aspectos arquitetônicos da cidade, pois para garantir a promoção da inclusão das pessoas na escola regular de ensino e no mercado de trabalho, bem como, na convivência social, de acordo com suas habilidades, ele deve proporcionar acesso adequado para essas pessoas aos lugares públicos (prédios com rampas de acesso; elevadores; calçadas planas) inclusive com a fabricação de veículos

de transporte coletivo adaptado às pessoas com deficiência (BARTALLOTTI, 2006).

Historicamente o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA foi o documento mais relevante para a formulação e criação de diretrizes que asseguram direitos básicos para que as crianças se desenvolvam com oportunidades de alcançarem o maior grau de desenvolvimento físico, motor, cognitivo, social, afetivo, psicológico possível de acordo com a sua deficiência, mas ao mesmo tempo independente dela. Ou seja, o amparo legal para o desenvolvimento pessoal de cada criança respeitando-se sua individualidade e seu tempo de desenvolvimento, sendo a inserção de crianças e adolescentes financiada pelo poder público, que tem o dever de oferecer uma educação com currículo adequado e adaptado às condições específicas de seus alunos.

No mesmo ano ocorreu a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que foi realizada entre os dias 5 e 9 de outubro de 1990 em Jomtien , Tailândia, pela UNESCO, na qual o Brasil é signatário. Foi exposta a necessidade de medidas educativas para garantir a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência.

O plano traçado pelos países participantes da UNESCO para suprir a demanda do analfabetismo mundial oferece oportunidade a todos de satisfazerem as necessidades básicas de aprendizagem através dos instrumentos essenciais: leitura, escrita, expressão oral, cálculo e resolução de problemas e dos conteúdos como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes necessários para a sobrevivência e desenvolvimento pessoal que permita à pessoa “trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo” (TESSARO, 2011).

O princípio norteador da estrutura de ação divulgada na Declaração de Salamanca é a noção e efetivação da escola inclusiva, onde as escolas se preparam para dar o atendimento educacional específico para todos os alunos com qualquer tipo de deficiência. Os governos devem aderir à política de incluir socialmente os cidadãos, e uma das formas é através da inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiências, possibilitando

desenvolvimento e atuação com maior autonomia, em uma sociedade que aprendeu a ser inclusiva.

Dentro das escolas inclusivas os alunos com deficiência se desenvolvem com maior estímulo, pois convivem com crianças sem deficiências e aprendem a lidar com as diferenças. A própria sociedade se modifica através das experiências de inclusão. Se desde criança o cidadão aprende a respeitar e conviver com as diferenças, futuramente teremos uma sociedade efetivamente inclusiva.

A escola deve se preparar para receber alunos com diferentes deficiências e a Declaração de Salamanca oferece recomendações para uma efetiva inclusão educacional: criação de uma pedagogia centrada na criança de acordo com as necessidades específicas de cada um, de acordo com suas deficiências e capacidades de desenvolvimento e aprendizagem.

A Declaração de Salamanca esclarece o direito de toda pessoa portadora de deficiência ter acesso a uma educação especializada e de poder ter voz ativa com relação à sua educação, dentro da sua capacidade de desenvolvimento (MANTOAN, 2006).

As sugestões são feitas em âmbito mundial, e tanto o princípio fundamental da escola inclusiva, que assinala a importância das crianças aprenderem sempre juntas sem separações por critérios exclusivos, como a pedagogia centrada na criança que utiliza seus conhecimentos prévios, as experiências de vida, a realidade da criança e sua capacidade de assimilar, questionar, produzir conhecimento são importantes para o desenvolvimento do ser humano de acordo com suas limitações, são pontos chaves das orientações da Declaração de Salamanca para uma sociedade inclusiva.

No Brasil foi em 20 de dezembro de 1996 com a promulgação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, realizada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que aspectos educacionais importantes foram revistos, como a garantia de educação para todos, determinação da inclusão de alunos com deficiências em escolas públicas, independentemente do tipo e grau da deficiência, preparação adequada dos profissionais que atuam com a educação de crianças, adolescentes e adultos.

Na presente pesquisa consideramos importante destacar o capítulo V da LDB, pois se trata exatamente da Educação Especial, compreendendo esta como a modalidade de educação escolar para discentes portadores de necessidades especiais. Em escolas regulares que tenham alunos com deficiências é dever do Estado dispor de serviço especializado para atender às necessidades especiais desses educandos, e se não for possível à integração do aluno em classes comuns do ensino regular, este deve ser encaminhado para uma classe, escolas ou atendimentos especializados nas condições específicas de cada criança.

O artigo 59 da LDB assegura aos educandos com necessidades especiais um currículo diferenciado, além de métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, de acordo com as especificidades de cada deficiência; condições para concluir os estudos de acordo com a possibilidade de cada educando respeitando os limites de cada deficiência, mesmo que não tenham atingido o nível para aprovação da instituição de ensino.

Se observou que houve uma mudança significativa no modo como a sociedade passou a incluir os deficientes, desde a Constituição de 1964 durante a ditadura, onde eles tinham direito ao acesso desde que pudessem se adaptar ao meio, até a implementação da lei 9.394 de 1996 por Fernando Henrique Cardoso, que garante ao discente com deficiência o direito ao acesso à informação e a educação, e determina que é dever da sociedade se adaptar as necessidades específicas dessa parcela da população (MANTOAN, 2006).

Uma educação de qualidade deve dar o acesso e garantir a permanência de todos os alunos, com ou sem deficiência. E se, para que esse

direito se cumpra, forem necessários materiais específicos, profissionais especializados e outros recursos, as instituições de ensino têm que ter condições de oferecer o amparo legal e de receberem elas mesmas suporte do Estado para cumprir o que hoje é lei.

2.2.2 Política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista- lei federal n° 12.764 de dezembro de 2012

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, instituída pela Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, atribuindo ao gestor escolar ou autoridade responsável o cumprimento da diretriz inadiável de assegurar matrícula ao aluno com Transtorno do Espectro Autista, ou, com qualquer outro tipo de deficiência.

> Todos os profissionais da escola estarão envolvidos no atendimento aos alunos público-alvo da educação especial, com o objetivo de reduzir ou eliminar barreiras, proporcionando o apoio necessário a todos eles (ART. 3º § 2º).

A fim de garantir os direitos das pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA), foi promulgada a Lei Federal 12,764, da qual se destaca os seguintes aspectos:

- Todos os alunos com TEA têm direito a vida digna, a integridade física e moral, ao livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e ao lazer, além do acesso à educação, preferencialmente no ensino regular;
- De acordo com o artigo 7º, “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula do aluno com Transtorno do Espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

Dessa maneira, as pessoas com deficiência, devem ser incluídas no ensino regular ainda na educação infantil:

> [...] onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (DUTRA et al., 2008, p. 16).

Mesmo com a garantia de todos esses documentos legais, a inclusão de alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais na escola regular ainda é um tabu para professores e gestores, afetando também o próprio aluno que precisa de condições especiais para a garantia de seu acesso e permanência na instituição.

Portanto, faz-se necessária uma revisão sistemática das políticas de inclusão escolar, que promova não só o acesso das crianças, mas também todas as oportunidades de aprendizagem delas. Para tanto, sugere-se que se volte o olhar para a formação docente, investindo em cursos de capacitação não só dos professores, mas sim de todos os sujeitos envolvidos no contexto escolar e que atuam direta ou indiretamente com as crianças. Além disso, é imprescindível que se invista na estrutura física das unidades escolares, bem como na parte de material pedagógico e de apoio. Dessa forma, todos estarão gozando de direitos e oportunidades iguais.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os aspectos das necessidades educacionais especiais no contexto da educação inclusiva dentro das salas de aula regulares com foco nos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais transtornos do desenvolvimento. Os resultados obtidos, a partir da revisão bibliográfica e das observações

realizadas no ambiente escolar, evidenciam que, embora a inclusão seja um princípio garantido por lei, ainda há inúmeros desafios para sua efetiva concretização.

Diante das pesquisas realizadas e dos autores selecionados sobre o tema, esclareceu-se acerca da importância da inclusão, porém carece de formação adequada para lidar com as especificidades dos estudantes com TEA e outros transtornos. Essa realidade corrobora as afirmações de Mantoan (2015), ao destacar que a inclusão não se resume à presença física do aluno na escola, mas implica uma transformação nas práticas pedagógicas, nas atitudes docentes e na estrutura organizacional da instituição.

As pesquisas apontaram ainda que os professores demonstram empenho e sensibilidade frente às diferenças, mas, ainda existe dificuldades em adaptar conteúdos, planejar atividades individualizadas e lidar com crises comportamentais. A falta de apoio técnico especializado, como psicopedagogos e mediadores, também são fatores apontados como um entrave. Segundo Bosa e Callias (2018), o trabalho com alunos autistas requer uma compreensão ampla das características do espectro, bem como estratégias pedagógicas que promovam a comunicação e a interação social.

Outro ponto relevante identificado é a necessidade de um trabalho colaborativo entre professores, famílias e profissionais de apoio. De acordo com Oliveira (2021), a parceria entre escola e família é essencial para o desenvolvimento integral do aluno com TEA, pois possibilita o compartilhamento de informações e a construção de estratégias consistentes de acompanhamento.

Em relação aos demais transtornos do desenvolvimento, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e os Transtornos de Aprendizagem, as pesquisas evidenciaram que as adaptações curriculares ainda são superficiais. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho e formação continuada (BRASIL, 2008).

A análise também revelou que os alunos com TEA e outros transtornos, quando inseridos em ambientes inclusivos que valorizam suas potencialidades, demonstram avanços significativos na socialização e na

aprendizagem. Conforme defendem Silva e Mendes (2019), a inclusão escolar, quando efetiva, proporciona ganhos não apenas aos alunos com deficiência ou transtornos, mas a toda a comunidade escolar, promovendo empatia, solidariedade e respeito às diferenças.

As leis reforçam a necessidade de assegurar o direito dos alunos com transtorno na educação regular, apontando que todos os alunos com TEA têm direito a vida digna, a integridade física e moral, ao livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e ao lazer, além do acesso à educação, preferencialmente no ensino regular;

Como descrito no artigo 7º, “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula do aluno com Transtorno do Espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

Por fim, percebe-se que a efetivação da educação inclusiva exige mais do que legislação e boa vontade: requer mudança de paradigmas, investimento em formação docente, infraestrutura adequada e apoio multidisciplinar. A inclusão de alunos com TEA e outros transtornos deve ser entendida como um processo contínuo de aprendizagem institucional e social, que se fortalece na prática e na reflexão crítica das ações pedagógicas cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de alunos com diferentes transtornos constitui-se em um dos maiores desafios enfrentados pela educação contemporânea. Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que o processo de inclusão vai além da mera inserção do estudante no ambiente escolar; trata-se de garantir condições reais de aprendizagem, participação e desenvolvimento,

respeitando as singularidades de cada sujeito. Essa perspectiva demanda não apenas mudanças estruturais e pedagógicas, mas também uma transformação profunda de concepções, atitudes e práticas dos profissionais envolvidos no processo educativo.

O estudo revelou que os principais obstáculos enfrentados pelas instituições escolares estão relacionados à falta de formação continuada dos professores, às barreiras atitudinais e ao déficit de recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados às necessidades dos estudantes com transtornos. Muitos educadores ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula, o que pode gerar sentimentos de insegurança e, em alguns casos, práticas de exclusão velada. Assim, torna-se evidente que a inclusão não depende somente de legislações ou diretrizes educacionais, mas da efetiva implementação de estratégias que garantam condições equânimes de ensino e aprendizagem.

Outro ponto importante diz respeito ao papel da escola como espaço de acolhimento e valorização das diferenças. A construção de um ambiente inclusivo requer o engajamento de toda a comunidade escolar – professores, gestores, funcionários, alunos e famílias. A inclusão não pode ser entendida como responsabilidade exclusiva do docente em sala de aula, mas como um compromisso coletivo que envolve políticas públicas, apoio da gestão e a corresponsabilidade da sociedade.

Também ficou evidente que a inclusão não é apenas uma questão de técnica ou metodologia, mas uma postura ética e humanizadora, que reconhece o direito de todos à educação de qualidade. Trabalhar com crianças autista exige sensibilidade, paciência, flexibilidade e a capacidade de enxergar o potencial de cada uma, valorizando suas conquistas individuais e respeitando seu ritmo.

Foram analisadas leis que asseguram a necessidade da inclusão, bem como o direito da inserção e da efetividade de crianças com TEA nas escolas regulares. Assim, conclui-se que a Educação Infantil tem um papel crucial na construção de bases sólidas para a aprendizagem e a socialização das crianças autistas.

Quando a escola, a família e a comunidade atuam de forma conjunta, cria-se um ambiente mais acolhedor, inclusivo e estimulante, capaz de favorecer não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o emocional e o social. Dessa forma, reafirma-se que a inclusão é um direito e uma responsabilidade compartilhada, sendo essencial que as práticas pedagógicas estejam alinhadas aos princípios de equidade e respeito à diversidade humana**.**

Além disso, ficou evidente que a inclusão de alunos com transtornos exige planejamento pedagógico individualizado, metodologias ativas e práticas diferenciadas, capazes de atender às especificidades de cada estudante. A utilização de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e estratégias de ensino colaborativas mostram-se como caminhos promissores para garantir que todos os alunos tenham oportunidades reais de aprendizagem. Contudo, a implementação dessas práticas depende de investimentos contínuos em formação docente, bem como de políticas educacionais consistentes e duradouras.

É importante ressaltar que, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, sobretudo a partir da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ainda há um longo caminho a ser percorrido. A existência de marcos legais e normativos é fundamental, mas eles só se materializam de forma efetiva quando associados a ações práticas no cotidiano escolar. Assim, observa-se que o grande desafio da inclusão não é apenas legal, mas cultural e pedagógico, exigindo mudança de mentalidade e a consolidação de práticas que reconheçam a diversidade como valor e não como obstáculo.

Dessa forma, pode-se concluir que a inclusão escolar de alunos com diferentes transtornos é um processo complexo, mas absolutamente necessário. A escola que se propõe a ser inclusiva é aquela que reconhece o

direito de todos à educação de qualidade, independentemente de suas limitações ou particularidades. Mais do que uma exigência legal, a inclusão deve ser compreendida como um compromisso ético e humano, capaz de transformar não apenas a vida dos estudantes com transtornos, mas também de enriquecer o ambiente educacional como um todo, tornando-o mais justo, democrático e sensível à diversidade humana.

Por fim, cabe destacar que os desafios da inclusão devem ser encarados como oportunidades de crescimento coletivo. Ao adaptar-se para atender diferentes necessidades, a escola também se torna um espaço mais criativo, inovador e solidário, capaz de preparar seus alunos para a convivência em uma sociedade plural. Portanto, investir em formação docente, em recursos pedagógicos acessíveis e em políticas públicas consistentes não é apenas uma necessidade emergencial, mas uma condição indispensável para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marina Codo Teixeira**. Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010

APA. American Psychiatric Association. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V). Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: utopia ou possibilidade?** Coleção Questões Fundamentais da Saúde, nº 11. São Paulo: Paulus, 2006.

1.

BASILE, Felipe. **Capacidade Civil E O Estatuto Da Pessoa Com Deficiência. Brasília:** Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado Boletim do Legislativo nº 40, 2015. Disponível em: https://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol40. Acesso em: 26 ago. 2019.

2.

3.

BERSCHE, Rita. Tecnologia assistiva e educação inclusiva. In: Ensaios Pedagógicos. Brasília: MEC/ SEESP, 2006. P. 89-94.

4.

BOSA, C. A.; CALLIAS, M. Autismo: intervenções psicoeducacionais. Porto Alegre: Artmed, 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo. Brasília, 2012.

5.

CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre, 2019.

COSTA, Maria Lourdene Paula. **Prática docente do professor da educação infantil: contribuições para o desenvolvimento das crianças**. Dissertação de Mestrado (2013)

6.

CONSTANTINO, E. J. . **O Usos das Mídias de Imagens Visuais como Estratégia Pedagógica para Alunos com Transtorno do Espectro Autista**. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

7.

DUTRA, Joel Souza; FLERY, Maria Tereza Leme; RUAS, Roberto. (Org.). **Competências: conceitos, métodos e experiências.** São Paulo: Atlas, 2008.

8.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão**. Revista da Educação**, v. XVI, n. 1, p. 5- 20, 2008.

9.

FISCHMANN, ROSELI. (2011). Ensinar Bem é... Lidar com a diversidade. Revista Nova Escola Ed.nº164, agosto, ano XVIII.

10.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2017.

11.

KRAMER, Sonia. (coordenadora). **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. Colaboração de PEREIRA, Ana Beatriz Carvalho, OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos e ASSIS, Regina de. 14. Ed.- São Paulo: Ática 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Rita Carla, SÉRGIO, Maria Cândida, SOUZA, Adriana Cristina de. 2012. **A prática docente do professor da educação infantil**: contribuições para o desenvolvimento das crianças. Curriculum, São Paulo, v.8 n.1 abril 2012. Disponível emhttp://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum Acesso em 10 de novembro de 2015

12.

LUCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática** . Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

13.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Editora SENAC, 2006.

14.

MATTOS, Laura Kemp de e NUERNBERG, Adriano Henrique (2011), Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnostico de autismo na educação infantil. Ver. Edu.Espec. Santa Maria, v. 24 n 39, p- 129- 142; jan./abril. 2011. Disponível em http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial . Acesso em 10 de novembro de 2015

15.

MANTOAN, Maria Teresa Engler; PRIETO, Rosangela Gavioli. **Pontos e contrapontos**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2006.

16.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo, 2021.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 377-405, 2010.

NÓVOA, Antônio (Org.). Os Professores e Sua Formação. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote,2011.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

OLIVEIRA, M. C. S. **Educação inclusiva e o autismo: desafios e possibilidades para o ensino-aprendizagem**. Revista Educação e Diversidade, v. 10, n. 2, p. 45–60, 2021.

ORRÚ, Silvia Ester. Autismo: o que os pais devem saber? 2.ed.-Rio de Janeiro:Wak Editora, 20011.

PIMENTA, Paula Ramos. **Clínica e escolarização dos alunos com transtorno do espectro autista (TEA).** Educação & Realidade, v. 44, n. 1, 2012.

RÊGO, T. **Caminhada alerta para conscientização do autismo.** R7, Rio de Janeiro, 08 abr.1996. Disponível em: https://www.noticias.r7.com Acesso em: 10 Mai 1996.

ROSSATO, Solange Pereira Marques; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro ; LEAL, Zaíra Fátima de Rezende Gonzales. A Exclusão Social e a Educação Escolar: Aspectos Relevantes para a Educação Especial. In: Educação especial e teoria histórico-cultural: contribuições para o desenvolvimento humano. LEONARDO, N. S. T.; BARROCO. S. M.; ROSSATO, S. P. M. 1. ed., p. 64-86, Curitiba: Appris, 2017.

SILVA, A. P.; MENDES, E. G. **A inclusão de alunos com TEA: práticas pedagógicas e desafios escolares**

. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 25, n. 3, p. 387–402, 2019.

SOUZA, J.C.; GUIMARÃES, L.A.M.; BALLONE, G.J**. Psicopatologia e Psiquiatria Básicas.** São Paulo: UCDB, 2004.

17.

TESSARO, N. S. et al. Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Psicologia Escolar e Educacional,** v. 9, n. 1, p. 105-115, 2011.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação. Necessidades Educativas Especiais.** Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Acesso e Qualidade, Salamanca, 1994.

18.

VYGOTSKY, L. S., LURIA, A .R. e LEONTIEV, A.N**. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1984**.**

VYGOTSKY, L. S. (2000). **Pensamento e linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes

19.

20.